



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Relatório da Entidade das Contas e
Financiamentos Políticos, relativo às
Contas da Campanha Eleitoral para a
Eleição para a Assembleia Legislativa
da Região Autónoma da Madeira
realizada em 22 de setembro de 2019,
apresentadas pelo Partido Reagir
Incluir Reciclar**

PA 13/ALRAM/19/2019

fevereiro/2021



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução	4
2. Método e Responsabilidade do mandatário financeiro nacional	4
2.1. Método.....	4
2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro nacional.....	6
3. Informação Financeira.....	7
4. Resultados / Observações	7
4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha	7
4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários	8
4.3. Entrega do orçamento de campanha fora do prazo	9
4.4. Publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro fora do prazo legal ...	10
4.5. Incumprimento do regime das receitas de campanha – angariação de fundos	10
4.6. Incumprimento do regime legal – liquidação de despesas de campanha	11
4.7. Confirmação de saldos e transações aos fornecedores da campanha – Obtenção de uma resposta discordante.....	12
5. Conclusão	13
Lista de Anexos.....	15



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAM 2019	Eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira realizada em 22 de setembro 2019
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
L 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 5/2017	Listagem n.º 5/2017, de 21 de abril, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 79, de 21 de abril de 2017
RIR	Reagir Incluir Reciclar
ORA	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Oliveira Rego & Associados, SROC, Lda.



Sumário

O Relatório que a ECFP envia à apreciação do Partido, relativo às contas de campanha eleitoral para a eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 22 de setembro de 2019, apresentadas pelo **RIR**, para além de conter uma descrição da metodologia seguida, apresenta uma visão global da informação financeira, a que se segue uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

De entre a falta de informação e incorreções identificadas, a ECFP salienta o seguinte:

- Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas quer ao nível das demonstrações financeiras de campanha, quer ao nível dos elementos bancários (ver pontos 4.1. e 4.2.);
- Apresentação do orçamento de campanha fora do prazo legal (ver ponto 4.3.);
- A publicação do anúncio de identificação do mandatário financeiro foi realizada fora do prazo legal (ver ponto 4.4.);
- O regime legal relativo às angariações de fundos não foi cumprido (ver ponto 4.5.);
- Há incumprimento do regime legal quanto à liquidação das despesas de campanha (ver ponto 4.6.); e
- Foi obtida uma resposta discordante de um fornecedor da campanha ao pedido de confirmação de saldos e transações (ver ponto 4.7.).



1. Introdução

O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas de campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 22 de setembro de 2019, apresentadas pelo **Partido Reagir Incluir Reciclar**, doravante identificado como **RIR** ou **Partido**.

As contas de campanha eleitoral para a ALRAM 2019, submetidas à apreciação da ECFP, compreendem: a conta resumo de receitas de campanha (cfr. anexo I), a conta resumo de despesas de campanha (cfr. anexo II), o balanço, a demonstração dos resultados e a lista de ações e meios.

2. Método e Responsabilidade do mandatário financeiro nacional

2.1. Método

Os procedimentos adotados na revisão às contas da campanha eleitoral identificadas foram realizados pela ORA.

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha, preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentações específicas que regulam as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados foram os seguintes:

- Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar: (i) a identificação das ações de campanha eleitoral, (ii) a integral quantificação dos meios



utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas de campanha, (iii) o integral registo das receitas de campanha e (iv) o integral registo das despesas, no período adequado;

- Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas de campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do resultado da campanha);
- Verificação da identificação do mandatário financeiro nacional, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no art.º 18.º, n.º 6, da L 19/2003);
- Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da L 19/2003);
- Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da L 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;



- Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da L 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação clara dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 5/2017 ou em conformidade com o mercado, devidamente demonstrada;
- Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei (art.º 20.º, n.º 2, da L 19/2003);
- Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos, junto dos respetivos terceiros; e
- Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.

2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro nacional

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação das contas de campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 22 de setembro de 2019, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha eleitoral para a eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira de 22 de setembro de 2019 e o resultado das suas operações, nos termos do articulado da L 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.



3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha eleitoral para a eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 22 de setembro de 2019, o RIR apurou uma receita global de 300 Eur. e uma despesa total de 1.008 Eur.. Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas, o saldo negativo da conta da campanha eleitoral em apreço ascendeu a 708 Eur..

O financiamento das despesas de Campanha foi assegurado através de angariação de fundos (300 Eur.).

4. Resultados / Observações

4.1. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha

Decorre do art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, os documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral apresentados pelo Partido, padecem da seguinte deficiência:

Balanço (cfr. anexo III):

- ✓ o balanço não balanceia, ou seja, o total do ativo (300 Eur.) não é concordante com o total dos Fundos patrimoniais e do passivo (1.008 Eur.);
- ✓ os saldos divulgados nas seguintes rubricas: (i) “fornecedores” (300 Eur.) e (ii) “outras contas a pagar” (708 Eur.) totalizam 1.008 Eur., valor este que não é concordante com o valor apresentado no Passivo – 708 Eur..

Face aos elementos coligidos, verifica-se incongruência de dados, que reflete não só um incumprimento do regime legal vigente, mas também um deficiente controlo interno da candidatura.



Salienta-se que a falta de transparência das contas dificulta o apuramento de outras eventuais infrações cometidas pelo Partido ou a confirmação de que não ocorreram, prejudicando a auditoria das contas e o cumprimento do dever de organização contabilística.

Esta situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – elementos bancários

Nos termos do art.º 15.º, n.ºs 1 a 3, da L 19/2003, as receitas e despesas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem contas bancárias especificamente constituídas para o efeito. Trata-se de um mecanismo que permite maior controlo nesse âmbito, sendo que quer a abertura quer o encerramento das mesmas têm de estar demonstrados, para se poder provar justamente o exigido pelo regime jurídico aplicável¹.

Acresce que, tal como determinado na alínea a) do n.º 7 do artigo 12.º da L 19/2003, aplicável às Campanhas Eleitorais por força do artigo 15.º, n.º 1, “*in fine*”, da mesma Lei, o mandatário financeiro deverá anexar à prestação das contas os extratos bancários da conta aberta para os fins da campanha eleitoral em análise.

No caso, do processo de prestação de contas de campanha eleitoral, apresentado pelo RIR, constatámos que:

- i. Foi identificada uma conta bancária aberta para fins de campanha eleitoral - IBAN nº [REDACTED] - Novo Banco), com a designação “Madeira 2019” (de acordo com informação prestada à ECFP pelo Partido, em 21.08.2019);
- ii. Não foram apresentados os extratos bancários da conta aberta para os fins de campanha eleitoral; e

¹ Sobre este dever, v. os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.21.) e 574/2015, de 02 de novembro (ponto 9.6.).



- iii. Não foi apresentada a declaração de encerramento da respetiva conta bancária de campanha.

A ausência dos documentos referidos no ponto ii) e iii) no processo de prestação de contas do RIR, permite concluir pela violação do dever previsto no artigo 12.º, n.º 7, alínea a), *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, ambos da L 19/2003, concretamente do dever de revelação de todos os extratos bancários, e não permite concluir se o dever previsto no artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da L 19/2003, traduzido na imposição de que todas as receitas e despesas da campanha sejam movimentados pela respetiva conta bancária, foi satisfeito.

Sublinha-se, porém, que embora os ofícios e/ou mensagens de correio eletrónico preparados pelas candidaturas, endereçados às instituições bancárias e carimbados por estas, a solicitar os respetivos encerramentos, representem um esforço e o início do processo de encerramento das contas bancárias, a verdade é que não possibilitam confirmar que as contas bancárias foram efetivamente encerradas e que foram especificamente/unicamente constituídas e utilizadas para fins de campanha eleitoral (artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da L 19/2003).

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.3. Entrega do orçamento de campanha fora do prazo

O Partido apresentou o orçamento das contas da campanha eleitoral em 19.08.2019, fora do prazo previsto no n.º 4 do art.º 15.º da L 19/2003, que terminava em 12.08.2019.

A situação descrita configura uma violação do mencionado artigo.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.



4.4. Publicitação do anúncio de identificação do mandatário financeiro fora do prazo legal

Nos termos do art.º 21.º, n.º 4, da L 19/2003, tem de ser publicada a identificação do mandatário financeiro no prazo de 30 dias após o termo do prazo de entrega das listas a qualquer ato eleitoral, em jornal de circulação nacional.

Na situação em análise a publicação foi efetuada no *Jornal de Notícias*, do dia 12.09.2019, portanto fora do prazo previsto quer terminava em 11.09.2019.

Como tal, houve violação do disposto no art.º 21.º, n.º 4, da L 19/2003.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.5. Incumprimento do regime das receitas de campanha – angariação de fundos

Nos termos do art.º 16.º, n.º 1, al. d), da L 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas pelo produto de atividades de angariação de fundos.

Para efeitos não só de transparência das contas, mas também da aferição do cumprimento das restrições constantes do mencionado art.º 16.º, as receitas obtidas com recurso a angariação de fundos têm de ser feitas atentando a uma série de imposições, que vão desde o limite do respetivo valor até à necessidade da sua discriminação (cfr. o já mencionado art.º 16.º, n.º 4, do mesmo diploma).

Por seu turno, como já referido, o art.º 15.º da L 19/2003, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

No caso, do processo de prestação de contas de campanha eleitoral, apresentado pelo RIR, constatámos que:



- Por lapso, o Partido preencheu e apresentou o mapa M4 “Receitas de campanha – donativos em espécie” ao invés do mapa M3 “Receitas de campanha – produto de angariação de fundos”; e
- Apresentou como documento de suporte da receita de campanha – 300 Eur., uma cópia de uma transferência bancária realizada para uma conta bancária do Partido “RIR Donativos” (NIB [REDACTED] - cfr. anexo IV), datada de 21.10.2019.

De acordo com o preceituado nos artigos 16.º, n.º 4 e 12.º, n.º 7, alínea b) (este último aplicável por remissão do artigo 15.º, n.º 1), todos da L 19/2003, constam de listas próprias discriminadas e anexas à contabilidade dos partidos as receitas decorrentes do produto da atividade de angariação de fundos, com identificação do tipo de atividade e data de realização. Por sua vez, o n.º 4 do artigo 16.º da mesma Lei estatui que o produto das atividades de angariação de fundos é obrigatoriamente titulado por cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem. De acordo com os auditores externos (ORA), não foi possível identificar a origem da receita nem foi apresentada a aludida lista.

Acresce que a análise do comprovativo da receita de campanha, enviado pelo Partido, permite aferir que a receita não foi depositada na conta bancária de campanha.

Face ao exposto, estamos perante um incumprimento dos mencionados preceitos legais nas contas de campanha do RIR.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.6. Incumprimento do regime legal – liquidação de despesas de campanha

Decorre do n.º 1 do art.º 15.º da L 19/2003 um dever genérico de organização contabilística por parte dos partidos/coligações eleitorais, por forma a que as contas da campanha eleitoral (receitas e despesas) obedeçam ao regime do art.º 12.º da mesma disposição legal.²

² Cfr. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.9.).



Por seu turno, como já referido, o art.º 15.º do mesmo diploma, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

Acresce que, nos termos do art.º 19.º, n.º 3, da L 19/2013, o pagamento de despesas de campanha é feito, obrigatoriamente, por instrumento bancário (cheque ou outro meio bancário que permita a identificação quer do montante quer do destinatário – cfr. art.º 9.º, n.º 1, do mesmo diploma)³.

Salientamos que, de acordo com o n.º 4 do art.º 19.º da L 19/2003, é admissível o pagamento de despesas de Campanha por pessoas singulares e seu ulterior reembolso, desde que inferiores ao valor do IAS (2019: 435,76 Eur.).

De acordo com as contas de campanha (mapa M2A “adiantamentos – dotações provisórias à campanha – não consideradas receitas de campanha” – cfr. anexo V), as despesas de campanha no montante de 708 Eur. foram liquidadas por terceiros, mas não foram ulteriormente reembolsadas pela Candidatura (através da conta bancária da campanha).

Acresce ainda que, de acordo com os auditores (ORA), não foi possível confirmar o meio de pagamento da despesa de campanha, referente à produção de vídeos no montante de 300 Eur., (recibo nº 52 de 20.09.2019 do fornecedor Senhor [REDACTED]) pelo facto de não ter sido disponibilizada pela Candidatura a documentação de suporte do pagamento.

As situações descritas configuram uma violação dos mencionados artigos.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

4.7. Confirmação de saldos e transações aos fornecedores da campanha – Obtenção de uma resposta discordante

Como já foi salientado, decorre do art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, da L 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, um dever genérico de organização contabilística por parte dos

³ V. o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/2013, de 24 de abril (ponto 7.30.).



partidos/coligações eleitorais, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No âmbito da auditoria às contas da campanha eleitoral, foram realizados procedimentos autónomos de pedido de confirmação de saldos e transações a um fornecedor da campanha, tendo ocorrido a obtenção de resposta discordante (cfr. anexo VI).

Esta situação pode constituir o não reconhecimento nas contas de todas as receitas e despesas de campanha, ao arrepio do disposto no art.º 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* do art.º 15.º, n.º 1, ambos da L 19/2003.

Ao abrigo do art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005, pode o RIR pronunciar-se sobre o mencionado, bem como prestar os necessários esclarecimentos e juntar elementos adicionais considerados pertinentes.

5. Conclusão

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha eleitoral para a eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 22 de setembro de 2019, apresentadas pelo **Partido Reagir Incluir Reciclar**, são de salientar as seguintes situações:

- a) Verificam-se deficiências no processo de prestação de contas quer ao nível das demonstrações financeiras de campanha, quer ao nível dos elementos bancários (ver supra, pontos 4.1. e 4.2.);
- b) Apresentação do orçamento de campanha fora do prazo legal (ver supra, ponto 4.3.);
- c) A publicação do anúncio de identificação do mandatário financeiro foi realizada fora do prazo legal (ver supra, ponto 4.4.);
- d) O regime legal relativo às angariações de fundos não foi cumprido (ver supra, ponto 4.5.);
- e) Há incumprimento do regime legal quanto à liquidação das despesas de campanha (ver supra, ponto 4.6.); e
- f) Foi obtida uma resposta discordante de um fornecedor da campanha ao pedido de confirmação de saldos e transações (ver supra, ponto 4.7.).



Após a notificação do presente Relatório, dispõe o Partido do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (art.º 41.º, n.º 2, da LO 2/2005).

A ECFP considera que, para além da situação descrita, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha eleitoral para eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, realizada em 22 de setembro de 2019, apresentadas pelo **RIR**.

Os trabalhos de auditoria realizados pela ORA foram concluídos em 16 de novembro de 2020.

Lisboa, 03 de fevereiro de 2021

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

José Eduardo Figueiredo Dias

(Presidente)

Carla Curado

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



Lista de Anexos

ANEXO I

Conta resumo – Receitas de Campanha

ANEXO II

Conta resumo – Despesas de Campanha

ANEXO III

Balanço da Campanha

ANEXO IV

Angariação de Fundos – documento de suporte

ANEXO V

Mapa M2A “adiantamentos – dotações provisórias à campanha – não consideradas receitas de campanha”

ANEXO VI

Saldos e transações – Fornecedores da campanha

ANEXO VII

Relatório da auditora externa emitido pela ORA (ficheiro enviado em CD)



Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA - 2019

Partido Político Reagir Incluir Reciclar

ANEXO XI

CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M1	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Partido(s) político(s)	Mapa M2	0,00	817,30	-817,30
Produto de Angariação de Fundos	Mapa M3	0,00	0,00	0,00
Subtotal		0,00	817,30	-817,30
Donativos em espécie	Mapa M4	300,00	0,00	
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M5	0,00	0,00	
Subtotal		300,00		
Total das Receitas		300,00		



ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA - 2019

Partido Político Reagir Incluir Reciclar

ANEXO XII

CONTA - DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M6	300,00	50,00	250,00
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M7	567,30	283,00	284,30
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M8	88,91	0,00	88,91
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M9	0,00	0,00	0,00
Brindes e outras ofertas	Mapa M10	0,00	0,00	0,00
Custos administrativos e operacionais	Mapa M11	51,66	0,00	51,66
Outras	Mapa M12	0,00	0,00	0,00
Subtotal		1 007,87	333,00	674,87
Donativos em espécie	Mapa M13	0,00	0,00	
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M14	0,00	0,00	
Subtotal		0,00		
Total das Receitas		1 007,87		



ANEXO III – Balanço da campanha

Partido Político Reagir Incluir Reciclar

ANEXO VIII

Balanço de campanha eleitoral

(20/12/2019)

BALANÇO EM 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (DATA FECHO)

CAMPANHA ELEITORAL: ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
REGIONAL DA MADEIRA - 2019

UNIDADE
MONETÁRIA (1)

REGISTRO DE PRECATORIO - 2019

MONETARIA (3)

RUBRICAS	NOTAS	DATA
		20.12.2019
ATIVO		
Outras contas a receber		
Subvenção pública		0
Outros		300
Caixa e depósitos bancários		0
Total do ativo		300
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Saldo Final da Campanha		-707,87
Total do fundo de capital		0
Passivo		
Fornecedores		300
Estado e outros entes públicos		0
Outras contas a pagar		707,87
Partidos políticos		0
Total do passivo		707,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1007,87

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



ANEXO IV – Angariação de Fundos – documento de suporte

*** MULTIBANCO ***

N. CAIXA: 0015/2250/00 DATA: 2019-10-21
CONTA: [REDACTED] HORA: 12:23
MULTIBANCO *****4396 00
D. : 501649FF20

TRANSFERÊNCIA MULTIBANCO
N. MOVIMENTO CARTÃO: 67

NIB DESTINO: [REDACTED]

IMPORTÂNCIA A TRANSFERIR: 300,00 Euro

NOME DO DESTINATÁRIO:
R I R : DONATIVOS

Para o mesmo Banco:
Crédito no próprio dia.

Para outro Banco:
- Até às 15h de dia útil:
Crédito até ao 1º dia útil seguinte.
Depois das 15h ou em dia não útil:
Crédito até ao 2º dia útil seguinte.

CAIXADIRECTA: O SEU BANCO SEMPRE CONSIGO
Saiba mais em www.cgd.pt

INSIRA CÓDIGO ATMIONLINE NO MÓDULO E GANHE

*** OBRIGADO ***



ANEXO V – Mapa M2A “adiantamentos – dotações provisórias à campanha – não consideradas receitas de campanha”

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DA MADEIRA - 2019								
Partido Político Reagir Incluir Reciclar								
MAPA M2/ Adiantamentos - dotações provisórias à campanha - não consideradas receitas de campanha								
Nº Interno	Origem do adiantamento	Documento			Descrição	Valor	Reembolso	
		Tipo	Número	Data			Data	Valor
1		Factura	P 723A2019/15596	11/09/2019	Pagamento Anúncio Mandatário	51,66		
2		Factura	FS ELECT 19/11556	16/09/2019	Compra de Tinta	4,49		
3		Factura	FT 05320211/0077316	16/09/2019	Compra de Estria	4,82		
4		Factura	FT 05320811/0106384	16/09/2019	Materias Diversos no AKI	24,20		
5		Factura	FT 14 A/20192881	18/09/2019	Calendários + Flyers	567,30		
6		Factura	E16 1900/010337	20/09/2019	Fotocópias	55,40		
TOTAL						707,87		

Data: 20/12/2019



ANEXO VI – Saldos e transações – fornecedores de campanha

Fornecedor	Saldo Acumulado (despesas de campanha)	Saldo Acumulado (resposta do fornecedor)	Diferença	Observações
Tipografia Natividade Rosas & Gonçalves, Lda.	567 Eur.	1.135 Eur.	567 Eur.	Resposta discordante
Total	567 Eur.	1.135 Eur.	567 Eur.	

Resposta do fornecedor:

De: Tipografia Natividade [mailto:tipografianatividade@gmail.com]

Enviada: 29 de outubro de 2020 19:42

Para: ECFP <ecfp@tribeconstitucional.pt>

Cc: ORA - Info <info@oliveirarego.pt>

Assunto: Re: Circularização do fornecedor Tipografia Natividade, Rosas & Gonçalves, Lda da candidatura do Partido RIR - Reagir, Incluir, Reciclar à eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira/2019

Ex.mos Senhores

Peço desculpa pelo atraso na minha resposta,

Venho por este meio responder à vossa solicitação, conforme documentos.

Qualquer questão não hesite em contactar-me.

Com os melhores cumprimentos
Pedro Nuno Freitas

EXTRATO DE CLIENTES (2019/03/22 - 2020/10/29)

115,992 - Partido R.I.R.


Data	Documento	Número	Débito	Crédito	Saldo
2019/03/22	Acumulado Anterior				€ 0,00
2019/09/18	Fatura (Vendas)	20192881-A	€ 567,30		€ 567,30
2019/09/18	Fatura (Vendas)	20192882-A	€ 567,30		€ 1.134,60
2020/07/07	Recibo (Vendas)	20201186-A		€ 570,00	€ 564,60
2020/09/02	Recibo (Vendas)	20201470-A		€ 60,00	€ 504,60
2020/10/26	Recibo (Vendas)	20201786-A		€ 60,00	€ 444,60
Total (Período)			€ 1.134,60	€ 690,00	€ 444,60
Totais			€ 1.134,60	€ 690,00	€ 444,60

De acordo com a resposta do fornecedor a Candidatura não registou a seguinte fatura nas contas da campanha eleitoral :

ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha ALRAM 2019,
apresentadas pelo RIR

PA 13/ ALRAM /19/2019



Tipografia Natividade
Natividade, Rosas & Gonçalves, Lda.
DESDE 1975

Escritório
Rua das Hortas, nº 8
9050-024 Funchal
Tel: 291 222 889
Fax: 291 222 889

Produção
Trav. das Flores, nº 7 - Armazém H
9070-203 Funchal
Tel: 291 234 252
Fax: 291 433 122

Partido R.I.R.
Travessa do Bairro Novo, 60
4560-755 Rås

Segunda Via

FACTURA Número 14 A/20192882

Data	Ciente	V/ Contribuinte	Condições de Pagamento	Requisição		
2019-09-18	115992	515578240	30 Dias			
Encomenda	Quantidade	Descrição	Unitário	Valor	IVA	
20193706	25000	Cartões de Visita - Calendário 2020 Formato 8,5x5,5cm Impresso a 4/4 cores Cartolina Couché de 350 Grs Acabamento: Verniz de Sobreimpressão	0,0126	€ 315,00	22%	
20193707	10000	Flyers A5 Impressos a 4/4 Papel Couché de 115 Grs	0,0150	€ 150,00	22%	

Os artigos ou serviços facturados foram colocados a disposição do cliente nesta data (alínea f), do nº 5 do artº 36 CIVA.

Local Carga	Local Descarga	Ilíquido	€
Rua das Hortas, 8	Travessa do Bairro Novo, 60	Desconto	€ 0,00
Funchal	4560-755 Rås	Líquido	€ 465,00
9050-024	PT	IVA	€ 102,30
PT	Veículo	Total	€ 567,30

Início do Transporte: 18/09/2019 9:33

Em caso de litígio o consumidor pode recorrer a uma entidade de resolução alternativa de litígios de consumo:
Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo - RAM
Rua Direita, nº 27 - 1.º Andar - 9000-450 Funchal
Email: ca.gubipartido.rires@madateira.gov.pt
Mais informações em Portal do Consumidor www.consumidor.pt

Página 1 (Original)

L98x - Processado por programa certificado nº 530/AT

Millennium PT50 0033 0000 50076429645 05
Montepio PT50 0036 0040 99903 44700812
Totta PT50 0018 000800055029020 26



ANEXO VII – Relatório da auditora externa emitido pela ORA (ficheiro enviado em CD)

José Eduardo Figueiredo Dias
(Presidente)

Carla Curado
(Vogal, Revisor Oficial de Contas)